

# INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Elidia Vicentina de Jesus Ribeiro<sup>1</sup>

## RESUMO

Este estudo objetiva discutir as ações de inclusão do estudante da EJA - Educação de Jovens e Adultos, com vista ao seu pertencimento. Estuda-se as políticas educacionais e a necessidade de diálogos e o acolhimento do aluno. A pesquisa foi desenvolvida por meio de metodologia qualitativa de cunho bibliográfico e documental, realizando-se a prática do estado do conhecimento a partir de buscas por publicações com a temática: Educação de Jovens e Adultos e políticas públicas, em plataformas digitais de teses e dissertações, artigos e periódicos, publicados nos últimos cinco anos, de 2020 a 2024, e discussões em relação às obras de Paulo Freire. A partir deste estudo, identificou-se que há inúmeros enfrentamentos a serem travados a fim de priorizar a EJA nas políticas educacionais, e assim, intensificar ações pela melhoria da qualidade da educação, a inclusão dos estudantes e a redução das desigualdades educacionais em nosso país.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Políticas públicas educacionais. Inclusão.

## INCLUSION IN YOUTH AND ADULT EDUCATION AND PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES ABSTRACT

This study aims to discuss the actions of inclusion of EJA - Youth and Adult Education students, with a view to their belonging. The study studies educational policies and the need for dialogue and student acceptance. The research was developed through a qualitative methodology of a bibliographic and documentary nature, carrying out the practice of the state of knowledge based on searches for publications with the theme: Youth and Adult Education and public policies, on digital platforms of theses and dissertations, articles and journals, published in the last five years, from 2020 to 2024, and discussions in relation to the works of Paulo Freire. From this study, it was identified that there are numerous confrontations to be faced in order to prioritize EJA in educational policies, and thus, intensify actions to improve the quality of education, the inclusion of students and the reduction of educational inequalities in our country.

**Keywords:** Youth and Adult Education. Public educational policies. Inclusion.

## INCLUSIÓN EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS Y EN LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PÚBLICAS

## RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo discutir las acciones de inclusión de estudiantes de EJA - Educación de Personas Jóvenes y Adultas, con vistas a su pertenencia. Se estudian las

<sup>1</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar Campus Sorocaba). Docente Efetiva do Curso de Pedagogia na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade de Passos-MG. Membro atuante do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, vinculado ao CNPq; Orcid iD <https://orcid.org/0000-0002-6003-2907>; E-mail: [elidia.ribeiro@uemg.br](mailto:elidia.ribeiro@uemg.br).

políticas educativas y la necesidad de diálogo y aceptación de los estudiantes. La investigación se desarrolló mediante una metodología cualitativa de carácter bibliográfico y documental, realizando la práctica del estado del conocimiento a partir de búsquedas de publicaciones con la temática: Educación de Jóvenes y Adultos y políticas públicas, en plataformas digitales de tesis y disertaciones, artículos y periódicos, publicados en los últimos cinco años, de 2020 a 2024, y discusiones en relación a las obras de Paulo Freire. A partir de este estudio, se identificó que existen numerosos desafíos a enfrentar para priorizar la EJA en las políticas educativas, y así, intensificar acciones para mejorar la calidad de la educación, la inclusión de los estudiantes y la reducción de las desigualdades educativas en nuestro país.

**Palabras clave:** Educación de jóvenes y adultos. Políticas educativas públicas. Inclusión.

## Introdução

A EJA - Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma temática amplamente discutida, em pesquisas nas mais diversas universidades do país, desenvolvendo-se estudos sobre a inclusão do estudante, público alvo dessa modalidade e seu pertencimento em um processo de educação com qualidade.

O objetivo do estudo foi o de discutir as políticas públicas educacionais em relação à Educação de Jovens e Adultos, no momento atual, com foco na inclusão do jovem e do adulto, no campo educacional e na sociedade de maneira mais ampla.

O presente trabalho é resultado de pesquisa bibliográfica realizada para compor o debate sobre “Paulo Freire: Inclusão e Intervenção pelos caminhos da África sob o olhar da Educação Social e da Educação de Jovens e Adultos”, referente ao evento Internacional sobre Políticas Públicas da Educação Social e da EJA, promovido pelo GEPESEJA - Grupo Estudos e Pesquisa em Educação Social e Educação de Jovens e Adultos, em parceria com a Universidade Trás-Os-Montes e Alto Douro- Departamento de Educação e Psicologia, em Portugal, em que a pesquisadora participou como debatedora, no ano de 2024.

A pesquisa bibliográfica desenvolveu-se por meio de metodologia qualitativa de cunho bibliográfico, a partir da realização da prática do estado do conhecimento, que segundo Morosini e Fernandes (2014) é um processo que se refere à:

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (Morosini; Fernandes, 2014, p.155).

Discutir a *Inclusão na Educação de Jovens e Adultos e políticas públicas educacionais*, tem relevância significativa pois, a EJA é entendida em diversos

estudos como estratégica para a inclusão e a permanência do jovem e do adulto no processo educacional, ou seja,

“[...] a inclusão social significa incluir pessoas que estejam à margem da sociedade e, além disso, permitir que essas pessoas se sintam incluídas, que estabeleçam o senso de pertencimento, que elas possam ter condições de vivenciar sua participação na sociedade e, ainda, prevalecer efetivamente sua valorização, vez, voz e respeito” (Mendes; Pereira; Osório, 2023, p. 194).

Dessa forma, a EJA caracteriza-se por ser potencial importante para oferecer contribuições para o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira, e espera-se que as discussões identificadas nas produções constantes do presente estudo, possam indicar outros caminhos com vista a inclusão cada vez melhor dos estudantes, jovens e adultos, no percurso educacional com garantia de direito à qualidade na educação.

O presente artigo, compõe-se dos seguintes campos: na primeira parte do trabalho, *Estado do conhecimento: Educação de Jovens e Adultos e políticas públicas*, apresenta-se o estado do conhecimento realizado a partir da busca de artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, publicados na BDTD – Biblioteca de Dados de Teses e Dissertações, *Scielo* - Scientific Electronic Library Online e nos periódicos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, entre os anos de 2020-2024.

Num segundo momento *A EJA - Educação de Jovens e Adultos e as políticas públicas educacionais*, discute alguns elementos sobre as políticas públicas educacionais, em relação à EJA, os aspectos relevantes, encontrados nos materiais citados numa discussão a partir dos diferentes referenciais.

E, na terceira parte deste estudo, *Ações de inclusão na Educação de Jovens e Adultos no Brasil*, abordaremos mais especialmente os estudos sobre as ações de inclusão para o público alvo da EJA no Brasil, os sujeitos da EJA, buscando identificar os melhores caminhos e mais adequados para o desenvolvimento da educação de qualidade e pertencimento do aluno jovem e adulto, na perspectiva da educação enquanto direito.

E nas considerações finais, retoma-se os principais elementos das discussões, buscando trazer novos debates à problemática levantada.

### **Estado do conhecimento: Educação de Jovens e Adultos e políticas públicas**

Num primeiro momento, seguindo os passos metodológicos do estado do conhecimento, buscou-se publicações, por meio de dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos e periódicos nas plataformas de pesquisa: BDTD - Banco de Dados de Teses e Dissertações, nos periódicos publicados na *Scielo - Scientific Electronic Library Online* e nos periódicos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em destaque, dos últimos cinco anos, ou seja, 2020-2024, com o enunciado: “*Educação de Jovens e Adultos e políticas públicas*”.

O marco temporal foi definido com o intuito de compreender, como a modalidade Educação de Jovens e Adultos, tem se mostrado presente nos debates das pesquisas educacionais atualmente, e quais as políticas públicas educacionais têm sido planejadas e desenvolvidas para seu aprimoramento.

Como resultado, identificamos os números descritos no quadro abaixo, demonstrando os trabalhos encontrados, selecionados e utilizados para este estudo, em cada uma das plataformas pesquisadas:

**Tabela 1 - Trabalhos encontrados, selecionados e utilizados nos estudos, na plataforma BDTD, de 2020 a 2024 - enunciado: “*Educação de Jovens e Adultos e políticas públicas*”:**

|                      | Dissertações | Teses de doutorado | Total |
|----------------------|--------------|--------------------|-------|
| Encontrados          | 177          | 82                 | 259   |
| Selecionados         | 12           | 8                  | 20    |
| Utilizados no estudo | 04           | 03                 | 07    |

Fonte: Elaborado pela autora.

**Tabela 2 - Trabalhos encontrados, selecionados e utilizados nos estudos, nas plataformas de publicações Scielo e Periódicos da CAPES, de 2020 a 2024 - enunciado: “*Educação de Jovens e Adultos e políticas públicas*”:**

|                      | Scielo | Periódicos da CAPES |
|----------------------|--------|---------------------|
| Encontrados          | 17     | 90                  |
| Selecionados         | 06     | 18                  |
| Utilizados no estudo | 02     | 02                  |

Fonte: Elaborado pela autora.

Durante a busca e análise das publicações, foram excluídos os trabalhos que não dialogavam com o escopo deste estudo, identificando-se pelos títulos e resumos, a partir dos critérios que citamos a seguir:

a) trabalhos publicados fora da margem temporal definida, ou seja, 2020-2024;

b) trabalhos publicados que extrapolaram a temática definida: “*Educação de Jovens e Adultos e políticas públicas*”:

1) Foram encontrados materiais publicados na BDTD, relacionados a diversos temas, os quais foram excluídos da seleção, mesmo considerados relevantes para os estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos, tais como: leitura e escrita na EJA; ENCCEJA; perspectiva de gênero na EJA; formação continuada para docentes da EJA; educação inclusiva para alunos surdos na EJA; currículo na EJA; evasão escolar; cultura digital; jogos danças e brincadeiras;

2) Dentre os materiais publicados na *Scielo*, dentro do marco temporal definido, foram excluídos os que tratavam de: políticas educacionais no período do ensino remoto; processos de individualização e reflexividade de jovens e adultos; formação de educadores da EJA; estudos sobre a demanda da EJA; EJA e trabalho nas Unidades Prisionais.

3) Para os artigos publicados nos periódicos da CAPES, considerou-se como critérios de exclusão, os que abordaram as seguintes temáticas: formação de educadores na EJA; EJA e o MST; geografia na Educação de Jovens e Adultos; políticas curriculares no campo; educação profissional vinculada a EJA; Educação Física na EJA; aula expositiva e uso de jogos na EJA; contexto das unidades prisionais, avaliação formativa na EJA.

Apesar de terem sido excluídos do presente estudo, conforme considerados a partir dos critérios de exclusão, observa-se que as pesquisas desenvolvidas nos últimos cinco anos, envolvem temáticas muito importantes, para o desenvolvimento da modalidade, nos mais diversos estados do país, com muitos pesquisadores/as envolvidos/as.

Dessa maneira, como se pode observar, há uma vasta publicação de artigos científicos sobre políticas públicas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos, no espaço de tempo de 2020 a 2024, em Universidades das diferentes regiões do país.

Em relação às publicações na BDTD, encontramos as seguintes nas seguintes universidades: Universidade Federal da Fronteira do Sul, Unioeste - Cascavel, UFRJ, UFSC, Universidade Federal do Amazonas, UNIFESP, UNESP - Franca, UNICAMP, Universidade Católica de Goiás, UFF, Universidade Federal de Rondonópolis - Mato Grosso, UFRGS, UFV - Minas Gerais, Universidade de Brasília, UFP.

Para a *Scielo*, observamos alguns periódicos mais encontrados: Educação em Revista - UFMG, Educação & Sociedade - UNICAMP, Revista Brasileira de Educação - ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Quanto aos trabalhos publicados nos periódicos da CAPES, foram encontrados nos seguintes periódicos: Revista Brasileira de Educação - ANPED, Educação em Revista - UFMG, Educação por Escrito - PUC do Rio Grande do Sul, Educação Popular - UFU, Retratos da Escola, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Política e Gestão Educacional - da UNESP de Araraquara, Revista Educação e Emancipação - UFMA, Educação & Sociedade - UNICAMP, entre outros.

A partir da seleção apresentada, na próxima seção passaremos a discutir os principais aspectos encontrados.

### **A EJA - Educação de Jovens e Adultos e as políticas públicas educacionais**

Iniciando os diálogos, alguns conceitos relativos às políticas educacionais chamam a atenção. Em Ferreira e Nogueira (2016), as políticas públicas resultam de atividade que envolve decisões, mas também, ações estratégicas de Governo para se implementar os objetivos desejados, que visem alterar uma realidade, em resposta a interesses e a demandas da sociedade.

Ao olhar para a realidade da EJA e seus contornos, quanto ao resultado do processo das políticas voltadas à essa modalidade, poderemos inferir que faltam ações mais condizentes e adequadas para o atendimento dos jovens e adultos, em termos de escolarização.

As ideias de Lima (2020, p. 706) corroboram às expressas acima, afirmando que as políticas públicas são os valores e as decisões priorizadas e seu desenvolvimento se dá por meio de ciclo de políticas, ou seja:

a) formação de uma agenda (decisões sobre quais algumas pautas terão prioridade e que, constituem-se efetivamente em problemas políticos e não um “estado de coisas”), b) formulação da política/seu texto (elaboração das diretrizes, fundamentos, finalidades, definição de instrumentos e alternativas para o processo posterior da política pública), c) implementação (âmbito em que a política é colocada em prática, conforme a sua finalidade, ou seja, trata-se de uma intervenção na realidade que foi caracterizada como problema político e que através de ações concretas é trabalhada) e d) a avaliação da política (se atingiu ou não a finalidade a qual se

destinava, se o seu desenho conseguiu reunir métricas centradas na eficiência, eficácia e efetividade).

Podemos afirmar, com base nos estudos efetuados que em relação à Educação de Jovens e Adultos, faz-se necessário que a modalidade seja inserida em um Ciclo de Políticas. É importante que sejam observados não apenas os procedimentos relativos à formulação de programas e projetos específicos, mas levar em consideração todas as fases da política, em especial, a avaliação para se chegar à conclusão sobre o atingimento de sua finalidade e, buscar novas estratégias para seu desenvolvimento.

Entre as leituras dos trabalhos identificados nas plataformas de pesquisas, anteriormente mencionadas, destacam-se os estudos de Rua (2021, p. 70), no que concerne à análise das políticas para a Educação de Jovens e Adultos. O autor infere que:

[...] pensar em políticas públicas educacionais pressupõe refletir sobre a natureza do Estado e suas ações em contextos históricos específicos e voltados a atender a objetivos precisos. É notório que o Estado burguês impute ao indivíduo características que são ditadas pelo sistema econômico, social e político como um todo. E, para os sujeitos da EJA, as políticas de cunho liberal têm subjacentes a ideia de responsabilidade do “fracasso escolar” direcionada ao indivíduo, em um contexto de desemprego estrutural crescente [...] Ao culpabilizar o indivíduo pelo seu fracasso, encobre-se a luta de classes. [...] Sendo assim, as políticas públicas poderiam abrir espaços de diálogo para a transformação da sociedade por meio do reconhecimento pleno da modalidade, seguidos de investimentos, formação no ambiente acadêmico e formação continuada de docentes.

A discussão apresentada por Rua (2017), nos impele a refletir sobre como a política deve ser pensada, de forma clara e justa, para além dos interesses individuais, assumindo a existência de interesses antagônicos presentes na sociedade brasileira, ou mesmo de forma negligenciada.

Silva (2022, p. 96) em seus estudos, aponta que a EJA tem uma história cheia de tensões, pois é atravessada por interesses diversos nem sempre consensuais, pois “[...] o Brasil é um país das desigualdades sociais, portanto, promover uma educação que não seja excludente é algo desafiador” (Silva, 2022, p. 96).

Sobre o cenário internacional, encontramos estudos como o de Belizario (2020) que ressalta que “As políticas públicas internacionais de Educação de Jovens e Adultos – EJA têm sido cada vez mais delineadas pela influência da globalização



econômica, facilitadora da mundialização do sistema capitalista” (Belizario, 2020, p. 33).

A ideologia neoliberal comanda a questão educacional de forma mundial, com “[...] orientações mercadológicas que recaem sobre a EJA, sendo as organizações internacionais condutoras do processo de indução da política educacional no âmbito internacional” (Belizario, 2020, p. 33), traduzidas nas agendas políticas dos países signatários, entre eles, o Brasil.

Segundo Belizario (2020), observa-se que a concepção de “aprendizagem ao longo da vida”, precisa ser melhor definida. Em certa medida, em determinadas concepções, ela se sobressai atualmente à educação enquanto direito, atribuindo valor econômico ao aprender, de interesse intrínseco ao desenvolvimento do capital. Por um lado, na concepção de “aprendizagem ao longo da vida”,

Difunde-se a ideia de que quanto mais se aprende e mais rápido, maior é a chance de o indivíduo tornar-se competitivo ou empregável e lucrativo na visão mercadológica assentada na ideologia do capital humano. [...] A interconexão de países resulta na interferência das políticas públicas nacionais, sobretudo nas de maior influência na economia, a exemplo da educação, que favorece a formação de mão de obra (Belizario, 2020, p. 30).

Por outro lado, em relação à essa discussão, podemos fazer menção à Resolução CNE/CEB nº 01/2021, de 25 maio de 2021 (Brasil, 2021), que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância, e que ainda não se tem uma regulamentação e direcionamentos em nível nacional, quanto aos procedimentos a serem adotados.

O referido preceito legal, encontra-se aberto, sem confirmações até o momento, quanto à operacionalização nas localidades, o que demandaria um estudo mais aprimorado sobre o assunto. Porém, há que se ressaltar, que as discussões que têm sido encaminhadas sobre a EJA, nos últimos anos, não dialogam com as premissas indicadas sobre “a educação ao longo da vida”, como está descrita no artigo 8º da Resolução acima citada.

Nesta dimensão, Alves (2023, p. 44), nos leva a refletir, sobre a premissa relativa à Educação de Jovens e Adultos, “a educação ao longo da vida”. Segundo a autora, na Declaração de Hamburgo - V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – V CONFITEA (UNESCO, 1997), afirma-se a Educação de Adultos como



direito humano fundamental e um direito chave para o século XXI. Torna-se necessário o compromisso do Estado em assumir uma educação de qualidade, adotando a Agenda para o Futuro, com metas específicas rumo à melhoria das condições e qualidade da educação aos jovens e adultos.

Em sua pesquisa *“A política de educação de jovens e adultos da classe trabalhadora nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro”*, Fernandes (2023, p. 50), explica que a EJA percorreu um caminho de desafios por um longo tempo e sempre foi considerada e tratada somente como uma política compensatória e que,

[...] a partir de 1980, experiências vinculadas a movimentos populares se ampliaram, e surgiram projetos relacionados à alfabetização, como as iniciativas de Paulo Freire, que já vinha promovendo campanhas de alfabetização popular no interior do país (Fernandes, 2023, p. 50).

Acrescenta em seus estudos que, com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), foram implantadas políticas mais significativas em relação à EJA, tendo a ênfase na educação enquanto direito e, a partir de 1990, com o processo de democratização e a difusão do ideário neoliberal, reformas educacionais foram implementadas, e projetos idealizados, que definiram novos rumos para a EJA, enfatizando o lugar secundário que hoje se mantém definido para a modalidade.

Fernandes (2023, p. 64), explica que na verdade há um “deslugar” da EJA, ou seja,

São muitos os indícios de que caminhamos para um deslugar da EJA na educação básica brasileira. [...] o deslugar indica uma tendência de pulverizá-la e diluí-la de tal forma dentro MEC, em áreas tais, sob a responsabilidade de ninguém, que o apagamento de sua especificidade será apenas uma questão de tempo; [...].

Fica ainda evidenciado em seus estudos que,

[...] as políticas públicas voltadas para a EJA têm como objetivo acelerar a formação dos estudantes para inseri-los no mundo do trabalho. Diferente da Educação Básica regular, a EJA apresenta currículo enxuto e aligeirado, retirando da formação da classe trabalhadora uma educação voltada para a emancipação humana. (Fernandes, 2023, p. 66).

São contradições presentes em relação à EJA, que torna urgente realizarmos maiores reflexões e debates, para entendermos como que historicamente a modalidade tem se apresentado como uma política secundária. De acordo com Santos (2020, p. 21),

Desde a colonização portuguesa, constata-se a existência de políticas para a educação de jovens e adultos focadas e restritas, sobretudo aos processos de alfabetização, de modo que é muito recente a conquista, o reconhecimento e a definição desta modalidade como política pública de acesso e continuidade à escolarização básica.

Segundo Santos (2020), a Educação de Adultos, tem um período de desenvolvimento histórico do Brasil, no qual se sobressaem diversos interesses que seguem o desenvolvimento social, político e econômico do país.

Esses interesses envolvem a necessidade da erradicação do analfabetismo e que, ao longo da história foram realizadas dessa forma, campanhas nacionais, com intuito de contribuir com as ações de alfabetização, muitas com caráter ideológico e político, intencionadas com a organização política das massas, para organizar o país, em acordo com ligações com os períodos eleitorais no Brasil.

Santos (2020) relata ainda que ocorreram Congressos de Educação de Adultos, Seminários e Conferências, ao longo da história e seguindo as ideias de Paulo Freire “[...] diante de um discurso que situava a educação como caminho para restauração social, que se tratava da delegação da qual Paulo Freire fazia parte, que propôs uma educação baseada no diálogo” (Santos, 2020, p. 31).

A influência de Paulo Freire na educação foi muito importante, em especial para o percurso da Educação de Jovens e Adultos, no Brasil na década de 1960. O pensamento de Paulo Freire destaca-se juntamente com a sua proposta para a alfabetização de adultos, inspirando os programas de alfabetização que se seguiram.

É importante afirmar que após 1990, muitas ações foram implementadas por meio de políticas, que impactaram e impactam a organização da EJA nos tempos atuais e podem servir de elementos para novas indagações.

Dentre as principais políticas sobre a EJA, há aspectos legais relevantes para pensarmos as intervenções políticas que ocorreram principalmente após o ano de 1990.

A LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), em seus artigos 37 e 38, reafirma a educação de jovens e adultos, enquanto direito, a obrigação dos sistemas de ensino em assegurar gratuitamente seu acesso e permanência, ou seja, as oportunidades educacionais, articulando-se preferencialmente com a educação profissional, mantendo a possibilidade de cursos e exames supletivos, a fim de garantir a continuidade dos estudos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, promulgada pela Resolução CNE/CEB nº 03/2000 (Brasil, 2000a) e o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (Brasil, 2000b), sistematizam orientações sobre a EJA para fazer cumprir a LDB, considerando entre outros elementos a educação como direito social à cidadania.

E de forma mais atualizada o PNE 2014-2024 (Brasil, 2014), no que concerne o monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação e os direcionamentos para os planos estaduais e municipais, em relação às Meta 9 e Meta 10, relativas à Educação de Jovens e Adultos:

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10 - Oferecer, no mínimo 25% (vinte cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (Brasil, 2014).

Com base nas metas, de acordo com Santos (2020, p. 52), “[...] todos os estados e municípios devem elaborar planejamentos específicos para fundamentar o alcance dos objetivos previstos, levando em consideração as especificidades, demandas e necessidades locais”.

É importante ressaltar que as metas são nacionais, mas se concretizam no lugar onde vive o sujeito, a quem o direito deva ser garantido. Em que pese todo o movimento traçado a partir da promulgação do PNE 2014-2024, junto aos estados e municípios, é necessário avaliar os impactos em relação à EJA, os progressos e os recuos nas políticas educacionais nesta modalidade, nas localidades do território nacional, com vistas às próximas medidas, estratégias, propostas e procedimentos a serem adotados.

### **Ações de inclusão na Educação de Jovens e Adultos no Brasil**

Pensar a inclusão, no sentido que se aborda neste artigo, implica pensar o direito à educação, a busca pela emancipação de sujeitos, a exclusão de toda forma de opressão e de desigualdades, ou seja, o cidadão ser o agente de transformação. É aceitar a diversidade e permitir o progresso de cada um e, dentro das suas necessidades, permitir a superação dos obstáculos que se apresentam.

“A inclusão social por meio da Educação de Jovens e Adultos EJA faz-se necessária uma vez que, através da educação, os cidadãos tornam-se sujeitos mais

reflexivos, bem como sabedores de seus deveres e direitos”, como afirmam Mendes; Pereira; Osório (2023, p. 189).

Pensar a inclusão nesse viés, faz-se necessário compreender quem são os sujeitos da EJA, campo de estudos bastante discutido em diversos trabalhos publicados, nos dias atuais.

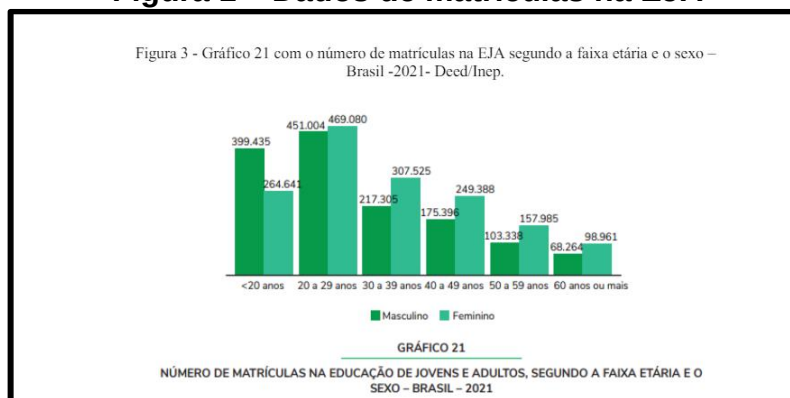
Sena (2023), ao estudar a transversalidade e interseccionalidade de gênero, classe e raça na EJA, traz importantes contribuições aos estudos sobre os sujeitos da EJA.

A EJA é uma modalidade de ensino da educação básica que atende os jovens, adultos e idosos trabalhadores que apresentam diferentes trajetórias em seus percursos escolares além de, muitas vezes, retomarem e/ou até iniciarem os estudos em busca de melhores condições de vida, por meio do trabalho. Contudo, essa caracterização precisa ser ampliada, pois são sujeitos de direitos, de saberes essenciais à vida e à sua manutenção e a interação sustentável com o meio ambiente, o que os distancia muito da visão neoliberal e estereotipada de sujeitos ignorantes e para formação de mão de obra para o mercado (Sena, 2023, p. 40).

É necessário pensar diversas abordagens para refletirmos sobre os sujeitos da EJA, e assim categorizarmos as diversas necessidades de adequação do trabalho pedagógico para essa modalidade de ensino, e entendermos as políticas educacionais mais adequadas a esse público. A questão da juvenilização, traz consigo uma série de questões.

A autora ao se debruçar sobre os dados do Censo Escolar da Educação Básica 2021, realiza análises importantes sobre as idades dos alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos e destaca que: “[...] mais da metade dos estudantes matriculados na EJA tem menos de 30 anos, caracterizando dois fenômenos: “a diversidade geracional e a juvenilização na EJA” (Sena, 2023, p. 42).

Significa afirmar que, 850.457 pessoas do sexo masculino e 733.721, do sexo feminino, matriculadas na EJA, têm menos de 30 anos. Quanto às pessoas do sexo masculino acima de 30 anos, o censo apresenta o número de 564.303 e o número de mulheres do sexo feminino, matriculadas na EJA, entre 30 a 39 anos é de 307.525 e, de forma relevante, vai diminuindo com o passar dos anos, especialmente de 60 anos ou mais, como destacado na figura abaixo.

**Figura 1 – Dados de matrículas na EJA**

**Fonte:** Conforme Sena (2023, p. 42), disponível em: <http://repositorio2.unb.br/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

Esses dados têm ligação direta com a questão da juvenilização, mencionado pela autora, mas aponta uma preocupação presente que de forma histórica, as políticas educacionais no Brasil, não têm conseguido alcançar. Trata-se dos sujeitos que não conseguem garantir sua escolaridade, pois permanece uma constante margem de pessoas desescolarizadas, em muitos casos, alunos que abandonam a Educação Básica e até a própria educação formal na EJA.

De toda a forma, os dados nos levam a identificar que a EJA, é formada por um público de jovens e adultos, que representam “[...] homens e mulheres que carregam as marcas da exclusão educacional e da invisibilidade social” (Sena, 2023, p. 46).

É essencial que estudos sobre a EJA se intensifiquem a fim de que concepções errôneas sejam superadas a respeito da modalidade. A EJA deve representar uma oportunidade para o cidadão, a fim de que exerçam seus direitos de forma participativa, nos diferentes contextos, e na mesma medida, as políticas públicas em educação, signifiquem importante instrumento no combate dos problemas estruturais educacionais no país.

Sena (2023, p. 48) afirma que a EJA, embora ainda seja considerada, por parcela da população “[...] como a educação para os marginalizados, para os excluídos e como um programa de assistencialismo para as pessoas carentes”, essa ideia precisa ser combatida. A EJA deve ser considerada pela sua tarefa de “[...] identificar os saberes por meio de diálogo com os estudantes e as famílias” (Arroyo, 2017, p. 188), pois a verdadeira história da EJA é a de negação de direitos e conhecimentos a que essas pessoas sempre foram submetidas nas escolas. É

necessário portanto, rever currículos e que se busque superar a mera reprodução de práticas pedagógicas presentes no interior das escolas.

Em última análise, encontramos em Sena (2023, p. 48) que a EJA, tem como maioria sujeitos de baixa renda, o que contribui para o abandono e as dificuldades de acesso ao ensino. Sujeitos esses, muitas vezes, por sua condição, excluídos da participação ativa da sociedade.

A sua condição de marginalização, muitas vezes os leva a repetidas desistências e repetências do ciclo escolar regular, reforçando as taxas de abandono. Por outro lado, acentuam-se as necessidades cotidianas de melhor qualidade de vida individual e de suas famílias, o que os leva novamente a procurarem a escola, constituindo-se o público ativo da EJA.

Outros autores como Sampaio e Hizim (2022), contribuem com a compreensão quantos aos estudos sobre a inclusão na EJA, no campo das políticas públicas, realizando análises entre as defasagens educacionais na Educação Básica e a EJA. Seus estudos apresentam relevantes contribuições para refletirmos sobre as imbricações entre essas fases do ensino, bem como suas contradições.

Um primeiro ponto de análise que apresentam sobre o cenário educacional e o desenvolvimento social, refere-se ao índice do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano (2019), o qual o Brasil ocupa 84º lugar, com 0,765.

Sampaio e Hizim (2022, p. 273), em uma análise histórica, ressaltam que:

[...] percebemos um significativo aumento do indicador na década de 90. Em 1990, era 0,613, alcançando o valor de 0,761 em 2018 (Pnud, 2019). Depois do aumento contínuo do IDH, há estagnação de seu crescimento entre os anos de 2015 e 2018 – que pode ter relação direta com as crises econômica e fiscal da primeira metade da década de 2010, que levaram à queda de empregos formais e, conseqüentemente, da renda do trabalhador, tendo como efeito o aumento da pobreza. Um dos componentes do IDH, que considera índices de escolarização formal, ainda explica em parte o aumento do IDH como resultante da ampliação do acesso ao atendimento educacional, se comparado às décadas anteriores à de 1990.

É um importante dado para pensarmos o papel da escolarização e a EJA, como modalidade estratégica para o desenvolvimento pessoal, social e humano, pois, a educação como um direito e sua importância para o desenvolvimento das pessoas nos aspectos econômicos, ao possibilitar aos mais escolarizados o acesso a melhores empregos e colocações no mercado de trabalho, permite-lhes, de certa forma alguma ascensão social, o que torna a educação algo a ser almejado socialmente.

Os autores apontam que,

[...] o Brasil figura entre aqueles com pior desempenho quando se analisa o nível educacional mais elevado conquistado pela população adulta jovem [...] um em cada três brasileiros de 25 a 34 anos (32,3%) não concluiu a educação básica e, também, que nossa posição em relação a um grupo expressivo de países é incompatível com os avanços decorrentes da universalização do acesso e com o potencial de desenvolvimento do País (Sampaio; Hizim, 2022, p. 279).

Concluem que, “[...] o público potencial da EJA precisa ser chamado de volta à escola para os primeiros passos rumo ao letramento ou para a retomada dos estudos” (Sampaio; Hizim, 2022, p. 289). É necessário encontrar mecanismos para esse retorno, em especial, no desenvolvimento das políticas públicas locais.

Alertam, dessa forma, para o cuidado para que as formas de ensino da EJA, não acabem se tornando,

[...] uma espécie de classe de aceleração em função do histórico de retenção desse público. Há de se refletir se essa é a aptidão das turmas de EJA, ou seja, uma espécie de política compensatória pelas deficiências do ensino regular no processo de alfabetização, de aprendizagem, e que, como consequência, resulta em muitos alunos com distorção idade-série na educação básica (Sampaio; Hizim, 2022, p. 290).

É extremamente necessário pensar na qualidade da educação de jovens e adultos matriculados nesta modalidade, para que se cumpra de fato os aspectos importantes para sua formação, com foco na inclusão e na permanência do jovem e do adulto, em processos de desenvolvimento de suas aprendizagens, muitas vezes interrompidas, para sua inserção social, em todas as áreas da vida humana.

Nessa perspectiva, identificamos os estudos realizados por Cardoso (2020, p. 24), que resgatam a importância das lutas nacionais, após 1990, embaladas pelos movimentos sociais, levantados como bandeira com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). A autora destaca a volta à escola como um tempo de direitos de sujeitos específicos e em trajetórias humanas e escolares.

Ao pesquisar sobre as ações de políticas públicas na modalidade de jovens e adultos trabalhadores, podemos perceber que o desafio é da construção de uma escola para os trabalhadores, que considere suas realidades, sendo que as mesmas vão se modificando ao longo do tempo em que as necessidades formativas destes também vão se alterando (Cardoso, 2020, p. 25).

Cardoso (2020, p. 30), encontra em Freire, seu destaque como inspirador das políticas de EJA, devido à sua luta em favor do acesso à educação pelas camadas populares. Nesse ponto concordamos com Cardoso (2020), pois as pesquisas



realizadas, têm demonstrado que a história da educação no Brasil se assenta em marcos de desigualdades sociais gritantes e com significativas carências em níveis educacionais.

O que nos remete à questão dos atrasos educacionais referentes à alfabetização ao longo da história. A autora, explicita em sua pesquisa, dados referentes ao analfabetismo entre 1940 e 1950, que são alarmantes e estarrecedores, os quais trazem até hoje, prejuízos no desenvolvimento, de forma que, o analfabetismo já aparecia nas estatísticas, com o seguinte quadro: “[...] nos anos de 1940 com 56,1% e nos anos de 1950 o nível do analfabetismo em 50,6 % da população com 15 anos ou mais de idade, de acordo com MEC/INEP (2004) (Cardoso, 2023, p. 30).

Paulo Freire vivendo este momento observa que não haveria desenvolvimento em um país que ostenta tamanho atraso e desigualdade de acesso ao conhecimento, daí resultam suas experiências de alfabetização com as populações marginalizadas. Seus escritos refletem seus projetos de avanços do acesso ao conhecimento juntamente com a crítica às classes dominantes e seu projeto de escola que perpetuavam as diferenças sociais, aprofundando os “fossos” entre os oprimidos e os opressores (Cardoso, 2023, p. 30).

Paulo Freire alerta para a importância de a escola ser também um espaço a serviço da mudança social, como é a educação popular. O papel político do educador e da educadora é fundamental nesse desafio, assim como o seu engajamento no sindicato e no partido político, sem que esses espaços se confundam:

[...] é que os conflitos sociais, o jogo de interesses, as contradições que se dão no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas. E não podia deixar de ser assim. As escolas e a prática educativa que nelas se dá não poderiam estar imunes ao que se passa nas ruas do mundo (Haddad; Di Pierro, 2021).

Por isso é imprescindível pensar as políticas educacionais a partir dos sujeitos da EJA, suas necessidades, a questão de seu desenvolvimento, suas práticas, o jovem e o adulto, ligado à uma realidade.

Conforme nos ensina Freire (1981), o “Ato político que implica definir *a favor de quem e do quê, contra quem e contra o quê*, fazemos a educação e de *a favor de quem e do quê*, portanto, *contra quem e contra o quê*, desenvolvemos a atividade política” (Freire, 1981), pois, antes de tudo, o educador não é um agente neutro e sua opção, é pela educação enquanto direito, ou seja, assumir a opção, que é política, e assim, o educador ser coerente com a prática.

## Considerações finais

Após desenvolvermos a escrita do artigo *Inclusão na Educação de Jovens e Adultos e políticas públicas educacionais*, identificamos que o tema é destaque em diversas pesquisas e trabalhos acadêmicos atualmente, o que nos remete à importância deste estudo. Representa um tema relevante para a sociedade brasileira, pois a EJA tem potencial para contribuir com o desenvolvimento econômico e social, sendo indicada por diversos autores como chave para o futuro.

As políticas públicas educacionais relativas à EJA, requerem ações e desenvolvimento a partir de tomadas de decisões governamentais e ser considerada como parte de um ciclo de políticas, definido de forma clara e objetiva, sendo o Estado o propulsor das medidas educacionais a serem implementadas, sem a culpabilização dessa parcela da população pelos seus fracassos educacionais.

Estas devem focar o desenvolvimento humano de forma integral, o ser enquanto pessoa e não com objetivos de inclusão para atender as funções do mercado de trabalho, que transformam a formação na EJA em algo sem significado para o estudante, vista muitas vezes como uma política compensatória.

Faz-se necessário analisar as políticas referentes à EJA as quais ainda representam um “deslugar”, pois não se identificam objetivos educacionais claros e de continuidade, com planejamento e ações direcionadas e bem definidas.

Os estudos apontam as contribuições de Paulo Freire, sendo um grande inspirador para a modalidade da EJA, pelo seu pensamento educacional e reflexões realizadas em relação às desigualdades educacionais e as necessidades dos alunos, para uma educação emancipadora.

A legislação e as políticas desenvolvidas, especialmente após 1990, ainda não conseguiram oportunizar a verdadeira inclusão na EJA, pois faz-se necessário olhar a realidade atual, os dados que a sociedade produziu, os resultados da Educação Básica e o público que chega à EJA e traçar caminhos e políticas que de fato ultrapassem a reprodução de práticas, o aligeiramento e a função mercadológica da educação, para que o direito à educação como um todo se faça na realidade.

Os estudos ainda indicaram que, por mais que políticas públicas educacionais sejam pensadas para a EJA, é necessário identificar o público alvo na localidade, a diversidade presente, a individualidade dos sujeitos e as diferentes gerações que compõem esse público, a fim de realizar ações, para o retorno do jovem e do adulto à

escola, para conseguirem superar o atraso escolar e possam realizar percursos educacionais adequados para seu sucesso e desenvolvimento da aprendizagem.

A inclusão do estudante da Educação de Jovens e Adultos, implica a visão do aluno enquanto sujeito, identificando suas potencialidades e necessidades específicas, para o avanço nessa modalidade, entendendo a educação enquanto ato político e que as ações das políticas educacionais, atendam de fato, as necessidades e o sucesso do estudante para continuar avançando.

### Referências:

ALVES, Edilaine Aparecida Murgi. **EJA: Um sonho possível, mas adormecido nas políticas públicas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Franca, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/60527532-7e85-4dfb-a2a2-eaa2cc511bca/content> . Acesso em: 06 jun. 2024.

ARROYO, Miguel G. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA - itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BELIZARIO, Maria Rutimar de Jesus. **Influência das agendas internacionais nas políticas de Educação de Jovens e Adultos**: indagações a partir do estudo da realidade dos municípios de Vila Nova de Famalicão/Portugal e Manaus/Brasil. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8192/10/Tese\\_MariaRutimarBelizario\\_PPGE.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8192/10/Tese_MariaRutimarBelizario_PPGE.pdf) . Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) . Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) . Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. MEC - Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf> . Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. Parecer CEB nº 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf) . Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) . Acesso em: 11 jun. 2024.

CARDOSO, Natalícia Aparecida Máximo. **As perspectivas teóricas e práticas da EJA na legislação brasileira após os anos 2000: aproximações e limites com o pensamento educacional de Paulo Freire.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2020. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/28677/1/texto%20completo.pdf> . Acesso em: 06 jun. 2024.

FERNANDES, Caroline Andrade. **A política de educação de jovens e adultos da classe trabalhadora nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/30027/CarolineFernandes\\_UFF DISSERTAÇÃO VERSÃO%20FINAL%20%281%29%20%282%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/30027/CarolineFernandes_UFF DISSERTAÇÃO VERSÃO%20FINAL%20%281%29%20%282%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y) . Acesso em: 06 jun. 2024.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel; NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas - Plano Nacional de Educação. **Revista @arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, vol. 3, num. 5, jan-jul, 2015. Disponível em: [https://www.mpggo.mp.br/revista/pdfs\\_9/10-Artigo03\\_final\\_Layout%201.pdf](https://www.mpggo.mp.br/revista/pdfs_9/10-Artigo03_final_Layout%201.pdf) . Acesso em: 02 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. Centro de Referência em Educação Integral (E-book), 2019. Disponível em: [https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2019/05/importancia\\_ato\\_ler.pdf](https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2019/05/importancia_ato_ler.pdf) . Acesso em: 12 abr. 2025.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Considerações sobre educação popular e escolarização de adultos no pensamento e na práxis de Paulo Freire. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. ...., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/547HdKHkhSXggYNnRxx8Qjr/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 10 jun. 2024.

LIMA, Paulo Gomes. O planejamento da educação brasileira (PNE 2001-2024). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp.1, p. 704–718, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13344> . Acesso em: 1 mai. 2024.

MENDES, Regiane Carvalho; PEREIRA, Silvanis dos Reis Borges; OSÓRIO, Neia Barros. A Educação de Jovens e Adultos: um mecanismo de inclusão social. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas, Tocantins. V. 10, n. 21. 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/236> . Acesso em: 13 br. 2025.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barbosa. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8646/2/42.Estado%20do%20Conhecimento....pdf> . Acesso em: 11 jun. 2024.

RUA, Emilio Reguera. **Políticas públicas da educação de jovens e adultos no território usado do Rio de Janeiro.** Tese (doutorado) - Universidade Federal

Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/27966/Tese%20209-%20Em%c3%adlio%20Requera%20Rua.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 10 jun. 2023.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno; HIZIM, Luciano Abrão. A educação de jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 103, n. 264, p. 271-298, maio/ago. 2022, Sessão Comemorativa. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/tbvstx9cT7TdMVBQZyJsBTQ/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, Bruna de Souza Pereira. **Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos**: uma análise do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do município de Cascavel (2016-2019). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Paraná, 2020. Disponível em:

[https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5214/5/BrunaSouza\\_Santos2020.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5214/5/BrunaSouza_Santos2020.pdf) . Acesso em: 15 jun. 2024.

SENA, Lilian Cristina da Ponte e Sousa. **Por que os educandos não permanecem na Educação de Jovens e Adultos (EJA)?** Análise das políticas educacionais da EJA no Distrito Federal, Brasil (2013-2021). Dissertação (Mestrado Profissional em Educação), Universidade de Brasília, 2023. Disponível em:

<http://repositorio2.unb.br/bitstream/10482/47123/1/LilianCristinaDaPonteESousaSen a DISSERT.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2024

SILVA, Pedro Lopes. **Educação de Jovens e Adultos na Amazônia acreana**: direito ao acesso e à permanência dos educandos da rede estadual no município de Cruzeiro do Sul - Acre (2015 a 2019). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/235363/PEED1630-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y> . Acesso em: 10 jun. 2024.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos**. V

Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – V CONFITEA, julho de 1997. Disponível em:

<http://forumeja.org.br/pi/sites/forumeja.org.br/pi/files/V%20Confintea%20Hamburgo%201997.pdf> . Acesso em: 04 ago. 2023.

Recebido em: 10.01.2025

Aprovado em: 10.04.2025